

# CADERNO DE QUESTÕES

## ASSISTENTE JURÍDICO

Domingo, 08 / 07 / 2018

TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: 

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este **CADERNO DE QUESTÕES** contém **50 (cinquenta) QUESTÕES** de múltipla escolha referente a Prova Objetiva, correspondentes ao cargo de sua concorrência.
2. Cada questão objetiva de múltipla escolha apresenta **4 (quatro)** alternativas identificadas com as letras **A, B, C, e D** sendo apenas **1 (uma)** correta.
3. Confira se o seu **CADERNO DE QUESTÕES** contém a quantidade de questões descritas no item 1 e se o **cargo** para o qual você foi inscrito está correto. Caso esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que seja realizada a substituição.
4. Observe, na **FOLHA DE RESPOSTAS**, se seus dados estão registrados corretamente. Caso haja alguma divergência, comunique ao fiscal de sala.
5. Após conferência, assine seu nome no espaço próprio na **FOLHA DE RESPOSTAS** e no **CADERNO DE QUESTÕES**.
6. **OBRIGATORIAMENTE** a **FOLHA DE RESPOSTAS** deverá ser preenchida com caneta esferográfica feita em material transparente de tinta preta ou azul.
7. **Não é permitida**, no momento da prova, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (calculadora, telefone celular, tablet, etc.), óculos escuros, protetor auricular, boné, relógios, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta.
8. A saída de candidato da sala de prova somente será permitida depois de transcorrido o tempo de **01 (uma) hora do início da prova** (apontado em sua sala de prova), mediante a entrega, obrigatória, da sua folha de respostas e do seu caderno de questões ao fiscal de sala.
9. O candidato poderá, ao terminar sua prova, levar o Caderno de Questões **SOMENTE** faltando **01 (uma) hora** para o tempo previsto do seu término.
10. O tempo disponível para a prova é de **04 (quatro) horas**.
11. Será eliminado do concurso e terá sua prova anulada, o candidato (a) que: **NÃO ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA** e/ou a **FOLHA DE RESPOSTAS**.
12. Os três últimos candidatos, ao terminar a prova, só poderão sair juntos.

**BOA PROVA!**-----  
DESTAQUE AQUI

01		06		11		16		21		26		31		36		41		46	
02		07		12		17		22		27		32		37		42		47	
03		08		13		18		23		28		33		38		43		48	
04		09		14		19		24		29		34		39		44		49	
05		10		15		20		25		30		35		40		45		50	



## LÍNGUA PORTUGUESA

### TEXTO PARA AS QUESTÕES 01 A 10

#### O fim do artigo científico

Um pilar da ciência transformou-se em zumbi à espera de um verdugo que abrevie sua agonia e da troca por algo melhor

Um teste para o leitor: quais destes títulos correspondem a artigos verdadeiros? **1.** Desenvolvendo redes ativas usando algoritmos randomizados; **2.** Re-representação (*sic*) como projeto de trabalho em terceirização: uma visão semiótica; **3.** As dinâmicas de intersubjetividade e os imperativos monológicos em Dick e Jane: um estudo sobre modos de gêneros transrelacionais; **4.** Atalhos e jornadas interiores: construindo identidades portáteis para carreiras contemporâneas.

Parabéns a quem respondeu **2 e 4.** O artigo **2** foi publicado em *MIS Quarterly*, um dos principais periódicos da área de Gestão da Informação; e o **4** saiu na prestigiosa revista *Administrative Science Quarterly*. Os demais são falsos. O título **1** foi obra de um *software* criado por estudantes do MIT, que gera artigos completos, totalmente falsos e absurdos; e o **3** foi retirado de um *cartoon* de Calvin, no qual o personagem, depois de criá-lo, exclama: “Academia, aqui vou eu!”

De fato, não falta ironia contra a linguagem adotada em textos científicos. Alguns parecem ter sido criados para inflar achados menores e intimidar leitores com uma linguagem empolada e turva.

Ocorre que o artigo científico é um dos pilares de desenvolvimento da ciência. Antes de seu surgimento, os resultados de experimentos e novos conhecimentos eram informados em apresentações e por meio de cartas. O artigo científico facilitou a comunicação e acelerou a evolução do conhecimento.

Hoje, o sistema de publicações científicas compreende milhares de revistas e está estruturado em castas. Grandes grupos editoriais estão por detrás do lucrativo negócio. No topo encontram-se os periódicos mais seletivos e reputados. Publicar nesses veículos requer passar pelo duro escrutínio de exigentes avaliadores. Provê status e reconhecimento dos pares. Facilita o acesso a financiamentos e pode acelerar a carreira acadêmica.

Nos últimos anos, o sistema passou a ser criticado. As universidades, preocupadas com *rankings* e sob pressão para justificar gastos, passaram a pressionar pesquisadores a publicar mais. Muitos deles mudaram de rumo: em lugar de gerar novo conhecimento, passaram a orientar seus esforços para gerar mais publicações.

Assim, o foco na ciência foi trocado pelo foco nos indicadores de desempenho e na própria carreira. Do outro lado do balcão, a própria comunidade científica multiplicou o número de periódicos, ampliando o espaço para textos de qualidade duvidosa.

Mesmo no topo, a situação é preocupante. Textos científicos de eras anteriores eram menos especializados e formais. Eram também mais curtos e diretos. E não havia ainda o fetiche da estatística. A superespecialização da ciência tornou os artigos mais longos, herméticos e cheios de jargão.

O modelo tornou-se anacrônico e precisa de reformas. Artigos científicos deveriam ser mais simples de escrever e mais rápidos de ler. A forma deveria ceder espaço ao conteúdo. Escapar da forma papel (ou pdf) é o primeiro passo. Em seu lugar, poderíamos ter módulos de conhecimento, curtos e objetivos, especializados e rigorosos, porém também atraentes e interessantes.

Este sucedâneo deveria se distanciar do hermetismo estatístico tanto quanto das caudalosas digressões textuais. Hiperlinks e recursos interativos poderiam prover acesso direto a bases de dados, textos de apoio, imagens, simulações e outros recursos de interesse dos leitores.

Entretanto, mudar somente a forma não é suficiente. Em muitos campos a superespecialização levou à fragmentação, com a multiplicação de pequenos grupos de pesquisa orientados por interesses próprios e pouco dispostos a esforços cooperativos. É preciso reverter essa tendência e fomentar pesquisa em torno de temas aglutinadores, convergentes com as necessidades e demandas da sociedade.

Recentemente, o editor do periódico *Academy of Management Journal*, um dos principais do campo da Administração, exortou a comunidade científica a orientar esforços de pesquisa na busca de soluções para problemas críticos que afetam o planeta: pobreza, desigualdade, crise ambiental e muitos outros. Não há escassez de problemas e não temos um planeta de reserva. A ciência deveria fazer mais.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/1002/o-fim-do-artigo-cientifico>. Acesso em: 21/05/18

#### QUESTÃO 01

Em “Um teste para o leitor: quais destes títulos correspondem a artigos verdadeiros”, sobre a utilização do sinal indicativo de crase no termo destacado, pode-se afirmar que:

- (A) É dispensável, pois o termo regente não exige preposição.
- (B) Há um erro ortográfico, pois deveria haver, uma vez que “artigos” completa o sentido de “correspondem”.
- (C) É facultativo, devido o substantivo “artigos” admitir dois gêneros.
- (D) É dispensável, uma vez que antecede uma palavra masculina.

#### QUESTÃO 02

A utilização da palavra **sic** se dá para alertar o leitor que determinada parte do texto está escrita incorretamente ou soa de forma estranha. Com relação à classe gramatical de tal palavra, vista em “Re-representação (*sic*) como projeto de trabalho em terceirização”, é possível dizer que ela pertence à classe:

- (A) Dos pronomes.
- (B) Dos substantivos.
- (C) Dos advérbios.
- (D) Das interjeições.

**QUESTÃO 03**

O vocábulo “**este**”, que inicia o trecho “Este sucedâneo deveria se distanciar do hermetismo estatístico tanto quanto das caudalosas digressões textuais”, se refere a:

- (A) Modelo anacrônico.
- (B) Módulos de conhecimento.
- (C) Hermetismo estatístico.
- (D) Recursos de interesse dos leitores.

**QUESTÃO 04**

De acordo com as regras de acentuação gráfica, a palavra destacada em “**Academia**, aqui vou eu!” não recebe acento por:

- (A) Esta ser uma palavra oxítona e palavras oxítonas terminadas em “A” não recebem acento.
- (B) Esta ser uma palavra paroxítona e palavras paroxítonas terminadas em “A” não recebem acento.
- (C) Esta ser uma palavra oxítona terminada em ditongo aberto.
- (D) Esta ser uma palavra paroxítona terminada em ditongo aberto.

**QUESTÃO 05**

Dentre os termos destacados abaixo, a alternativa que possui um objeto indireto é:

- (A) Desenvolvendo redes ativas usando **algoritmos** randomizados.
- (B) No topo encontram-se **os periódicos** mais seletivos e reputados.
- (C) A forma deveria ceder espaço **ao conteúdo**.
- (D) Mudar somente **a forma** não é suficiente.

**QUESTÃO 06**

Assinale a alternativa cuja justificativa está **correta** quanto à transitividade verbal.

- (A) O artigo científico facilitou a comunicação – Verbo transitivo direto.
- (B) Acelerou a evolução do conhecimento – Verbo bitransitivo.
- (C) A situação é preocupante – Verbo intransitivo.
- (D) Exortou a comunidade científica a orientar – Verbo transitivo indireto.

**QUESTÃO 07**

O texto “O fim do artigo científico” permite afirmar que:

- (A) Temas de interesse da sociedade devem ser os únicos tratados pelos artigos científicos.
- (B) Artigos científicos com títulos são mais rebuscados e são os de pior qualidade.
- (C) O modelo de publicações existente é o mais efetivo em termos de conhecimento e por isso ainda não foi substituído.
- (D) Pesquisadores atualmente se preocupam mais com o aspecto acadêmico do que com o aspecto social.

**QUESTÃO 08**

No subtítulo do texto, ao utilizar a palavra “**zumbi**”, o autor quis dizer:

- (A) Que o artigo científico caminha sem rumos certos.
- (B) Que a ciência desconhece a importância do artigo científico.
- (C) Que o artigo científico se transformou em uma relíquia.
- (D) Que a ciência ainda crê na eficácia do artigo científico

**QUESTÃO 09**

A forma verbal utilizada em “ciência deveria fazer mais” conjuga-se no tempo verbal:

- (A) Futuro do presente do indicativo.
- (B) Futuro do pretérito do indicativo.
- (C) Pretérito imperfeito do subjuntivo.
- (D) Futuro do subjuntivo.

**QUESTÃO 10**

No trecho “Não há escassez de problemas e não temos um planeta de reserva”, verifica-se que há a presença de:

- (A) Somente período simples
- (B) Período composto por subordinação.
- (C) Período misto.
- (D) Período composto por coordenação.

**CONHECIMENTOS GERAIS****QUESTÃO 11**

Os procedimentos previstos na Lei n° 12.527/2011, destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública. Que resposta apresenta uma diretriz da Lei n° 12.527/2011?

- (A) Regulação ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- (B) Desenvolvimento do controle social da administração pública.
- (C) Observância da publicidade como preceito específico do sigilo como exceção.
- (D) Restrição de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

**QUESTÃO 12**

A partir de 2010, após descobertas de reservas de petróleo e gás natural em águas profundas, a PETROBRAS iniciou um empreendimento que coloca o Brasil em uma posição estratégica frente a grande demanda de energia mundial. Qual alternativa abaixo define o material mais rentável produzido por este empreendimento?

- (A) Gás metano.
- (B) Óleo leve.
- (C) Óleo pesado.
- (D) Gás liquefeito.

**QUESTÃO 13**

A Lei nº 4886/65 (alterada pelas Leis 8420/92 e 12246/10) regula as atividades dos representantes comerciais autônomos. Considerando-se esta Lei, qual o prazo que deverá ser cumprido para o devido registro nos Conselhos Regionais a contar da data em que os representantes forem instalados em suas atividades?

- (A) 90 dias.
- (B) 60 dias.
- (C) 120 dias.
- (D) 30 dias.

**QUESTÃO 14**

Os Conselhos Regionais detêm uma série de competências. Qual alternativa abaixo contempla uma competência que **não** é atribuída aos Conselhos Regionais, conforme refere a Lei nº 4886/65 (alterada pelas Leis 8420/92 e 12246/10)?

- (A) Elaborar o seu regimento interno, submetendo-o à apreciação do Conselho Federal.
- (B) Decidir sobre os pedidos de registro de representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas, na conformidade desta Lei.
- (C) Manter o cadastro profissional.
- (D) Efetuar o censo bianual.

**QUESTÃO 15**

Cada vez mais a administração, dentro das organizações, tem seu trabalho voltado ao patrimônio humano, isto é, ao comportamento do indivíduo no trabalho, tanto individual, quanto em equipe.

A partir das observações, o que se verifica, na prática, é que a vida cotidiana apresenta uma certa caracterização. Que resposta melhor representa essa caracterização?

- (A) Reconhecimento do outro.
- (B) Individualização.
- (C) Vida em grupo.
- (D) Integração.

**QUESTÃO 16**

Os servidores públicos são profissionais que possuem um vínculo de trabalho profissional com órgãos e entidades do governo.

Em referência à Ética Profissional e aos principais deveres do servidor público, **não** se pode afirmar:

- (A) Justificar o retardo de qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- (B) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.
- (C) Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- (D) Ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.

**QUESTÃO 17**

Conforme a definição da Conferência Americana de Higienistas Industriais (ACGIH), a Higiene do Trabalho é constituída por etapas relacionadas aos agentes ambientais. De que forma se constituem estas etapas?

- (A) Mapeamento, Avaliação, Antecipação e Controle.
- (B) Antecipação, Reconhecimento, Sondagem e Controle.
- (C) Mapeamento, Sondagem, Levantamento e Avaliação e controle.
- (D) Antecipação, Reconhecimento, Avaliação e Controle.

**QUESTÃO 18**

As normas do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) inclui a realização de exames de saúde. Que tipo de documento é posterior à realização dos exames requeridos no PCMSO?

- (A) Relatório de Saúde do Trabalho.
- (B) Laudo Ocupacional.
- (C) Atestado de Saúde Ocupacional.
- (D) Avaliação de Saúde Profissional.

**QUESTÃO 19**

A Operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção que já ocorreu no Brasil. O nome Lava Jato decorre de uma especificidade que foi verificada nesta investigação. Qual a resposta que determina essa especificidade?

- (A) As ações de corrupção eram imediatas e rápidas.
- (B) Era usado um lava jato para movimentação do dinheiro ilícito.
- (C) O maior chefe das organizações era dono de um lava jato.
- (D) Uma empresa fantasma foi usada nas licitações.

**QUESTÃO 20**

A gestão da Ética nas empresas públicas e privadas, além do alcance dos objetivos operacionais e administrativos, busca a adesão de normas de condutas específicas. Um código de conduta nas empresas apresenta determinadas funções. Que resposta é uma das funções de um código de ética de uma empresa?

- (A) Função Cognitiva.
- (B) Função de Controle.
- (C) Função Organizacional.
- (D) Função Educacional.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 21

O litisconsórcio é um instituto do direito processual civil que pode ser conceituado como a pluralidade de partes em um dos polos ou nos dois polos do processo. Dentre as várias modalidades de litisconsórcio, de acordo com o art. 114 do Novo Código de Processo Civil, o litisconsórcio necessário pode ser definido como:

- (A) Litisconsórcio é uma mera opção de formação, em geral a cargo do autor.
- (B) Trata-se do litisconsórcio que, por disposição da lei ou pela natureza da relação jurídica controversada, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- (C) Será litisconsórcio necessário quando o juiz tiver que decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- (D) Será formado o litisconsórcio necessário em que for possível uma decisão de conteúdo diverso para cada um dos litisconsortes.

### QUESTÃO 22

Ao longo do tempo, várias teorias surgiram a respeito da natureza jurídica da ação e da sua relação de dependência com o direito de ação.

A teoria expressamente consagrada pelo Código de Processo Civil que defende que a existência do direito de ação não depende da existência do direito material, mas sim das condições da ação, é:

- (A) Teoria eclética.
- (B) Teoria abstrata do direito de ação.
- (C) Teoria concreta da ação.
- (D) Teoria imanentista.

### QUESTÃO 23

A Constituição Federal limita a competência tributária de algumas formas, como através da imunidade conferida em algumas hipóteses. Dentre elas, pode-se destacar a imunidade tributária recíproca, que impede que um ente público institua impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.

Sobre a imunidade tributária recíproca, pode-se afirmar:

- (A) As autarquias e fundações não precisam manter seu patrimônio, renda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes para gozar da imunidade recíproca.
- (B) A imunidade recíproca é aplicável a todos os tributos.
- (C) A imunidade recíproca abrange as empresas públicas, mas não abrange as sociedades de economia mista.
- (D) A imunidade recíproca trata-se de uma cláusula pétrea, já que protege o pacto federativo ao não permitir que um ente federativo sujeite-se ao poder de tributar de outro.

### QUESTÃO 24

A prescrição e a decadência são dois institutos previstos no Código Civil Brasileiro que dizem respeito ao direito material e ao direito de ação do indivíduo, estabelecendo prazos tanto para a perda do direito, quanto para a perda da pretensão. Apesar de os dois institutos serem confundidos, guardam inúmeras divergências.

Quanto aos institutos da prescrição e decadência, pode-se afirmar que encontra-se em consonância com o Código Civil brasileiro a alternativa:

- (A) A prescrição corre aos que estiverem fora do país a serviço das Forças Armadas.
- (B) A prescrição extingue o direito.
- (C) A decadência extingue a pretensão do interessado.
- (D) É causa interruptiva da prescrição qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

### QUESTÃO 25

Atualmente, em decorrência do alto número de famosos menores de idade, a emancipação, que pode ser definida como o ato jurídico que antecipa os efeitos da maioridade e da capacidade civil, para fins civis, ganhou um maior destaque no âmbito civil, com a finalidade de poder ampliar a responsabilidade desses, até então, menores.

Quanto ao instituto da emancipação, pode-se afirmar:

- (A) A emancipação, em regra, é definitiva, revogável e irretratável.
- (B) Apesar de formal e solene, a emancipação não exige instrumento público.
- (C) O menor deixa de ser incapaz, porém não deixa de ser menor.
- (D) O menor emancipado pode tirar carteira de motorista.

### QUESTÃO 26

O Controle de constitucionalidade é uma averiguação da compatibilidade de uma lei ou ato normativo, tendo como parâmetro a Constituição Federal, já que é a Carta Magna que fundamenta todo o ordenamento jurídico, não podendo, portanto, ser contrariada por norma inferior.

Dentre os tipos de controle existentes, há as chamadas ação direta de constitucionalidade e ação indireta de constitucionalidade, que guardam poucas diferenças entre si, como as normas que podem ser objeto de verificação de compatibilidade com a Constituição.

Sobre a perspectiva espacial destas duas ações específicas de controle, pode-se afirmar quanto ao objeto:

- (A) A ação direta de inconstitucionalidade possui como objeto apenas lei ou ato normativo federal.
- (B) A ação direta de constitucionalidade possui como objeto lei ou ato normativo federal e estadual.
- (C) A ação direta de constitucionalidade possui como objeto apenas lei ou ato normativo federal.
- (D) A ação direta de constitucionalidade pode ter como objeto lei do Distrito Federal.

**QUESTÃO 27**

De acordo com a Constituição Federal, há uma divisão de competência no que diz respeito à instituição de impostos, podendo a criação desta espécie de tributo ser privativa da União, Estados ou Municípios. Dentre as alternativas abaixo, quais os impostos que são criados privativamente apenas pela União?

- (A) Imposto sobre produto industrializado, imposto de renda e imposto sobre operações financeiras.
- (B) Imposto de renda, imposto sobre propriedade de veículos automotores e imposto sobre produto industrializado.
- (C) Imposto territorial rural, imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e imposto de renda.
- (D) Imposto sobre operações financeiras, imposto territorial rural e imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

**QUESTÃO 28**

No atual cenário brasileiro, não há dúvidas de que a figura do empresário é deveras importante para a economia, desde a importância no que diz respeito a geração de empregos, até o pagamento de tributos e circulação de produtos, serviços e moeda no País. Sobre a figura do empresário no Brasil, qual alternativa está de acordo com o Código Civil brasileiro?

- (A) Ainda que representado ou assistido, o incapaz não pode continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- (B) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- (C) Caso venha a admitir sócios, o empresário individual não poderá solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para registro de sociedade empresária, devendo encerrar suas atividades como empresário individual e abrir posteriormente a sociedade empresária.
- (D) Não há tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural.

**QUESTÃO 29**

É de extrema importância a identificação da existência ou não de uma relação de trabalho para que se verifique, até mesmo em questões de competência processual, a jurisdição da Justiça Comum ou da Justiça do Trabalho.

Em razão disso, doutrinariamente se diz que, para que haja a formação de uma relação de emprego, é necessária a existência de quatro requisitos cumulativos. São eles:

- (A) Habitualidade, pessoalidade, onerosidade e subordinação.
- (B) Onerosidade, eventualidade, subordinação e pessoalidade.
- (C) Impessoalidade, habitualidade, subordinação e onerosidade.
- (D) Eventualidade, pessoalidade, insubordinação e onerosidade.

**QUESTÃO 30**

No que diz respeito à classificação dos tributos no Brasil, várias teorias foram adotadas pela doutrina, pela jurisprudência e pelo Código Tributário Nacional ao longo do tempo, sempre tendo havido divergência sobre a classificação dos tributos e, conseqüentemente, sobre a teoria adotada. Apesar das diferenças de entendimento entre lei, doutrina e jurisprudência, o Código Tributário Nacional adota expressamente a teoria da:

- (A) Pentapartida, que considera como tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.
- (B) Tetrapartida, considerando como tributos: impostos, empréstimos compulsórios, contribuições especiais e contribuições de melhoria.
- (C) Bipartida, apenas considerando como tributos os impostos e as taxas.
- (D) Tripartida, classificando os tributos como impostos, taxas e contribuições de melhoria.

**QUESTÃO 31**

As taxas são uma espécie do gênero tributo que podem ser cobradas em razão da utilização de serviços públicos. Assim como as taxas, os preços públicos também podem ser cobrados mediante utilização de serviços públicos.

Em virtude disso, muitas das vezes, os institutos, taxa e preço público, são confundidos. Quanto a eles, pode-se afirmar:

- (A) Tanto a taxa quanto o preço público são prestações compulsórias.
- (B) A taxa é regida pelo regime de direito privado e o preço público é regido pelo regime de direito público.
- (C) A arrecadação da taxa é receita derivada e do preço público é receita originária.
- (D) Ambos possuem relação de natureza contratual.

**QUESTÃO 32**

A Constituição de 1988 e a Consolidação das Leis do Trabalho consagraram um rol bem maior de direitos trabalhistas adquiridos através de inúmeras revoluções sociais no decorrer da história. Dentre os inúmeros direitos consagrados, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, foi conferido à empregada gestante a estabilidade provisória no emprego devido a sua condição gravídica.

À luz do ADCT, sobre a estabilidade gravídica, pode-se afirmar que:

- (A) A estabilidade gravídica vai desde a confirmação da gravidez até 3 (três) meses após o parto.
- (B) O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
- (C) A garantia de emprego à gestante autoriza a reintegração mesmo após o período de estabilidade.
- (D) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado não garante à empregada gestante a estabilidade provisória.

**QUESTÃO 33**

Segundo o art. 142 do Código Tributário Nacional, o lançamento consiste em um procedimento administrativo privativo da autoridade administrativa, tendente a verificar a ocorrência do fato gerador e a matéria tributável, a definir o montante e identificar o sujeito passivo.

Entende-se, de acordo com o Código, que existem três espécies de lançamentos tributários e, dentre elas, o chamado lançamento de ofício. Pode-se afirmar acerca dessa espécie de lançamento:

- (A) Ocorre o lançamento de ofício quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.
- (B) Vislumbra-se tal lançamento quando a autoridade competente, tomando conhecimento da atividade exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.
- (C) Acontece o lançamento de ofício quando, com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
- (D) O lançamento de ofício ocorre quando o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando se comprova que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

**QUESTÃO 34**

A ação é um direito público, humano e fundamental, autônomo e abstrato, constitucionalmente assegurado. Na Justiça do Trabalho, não se necessita de representação técnica. O empregado ou empregador podem, autonomamente, sem representação por advogado, postular a sua tutela.

Tendo tal afirmativa em vista, indique a alternativa **correta** no tocante ao jus postulandi na esfera trabalhista:

- (A) O jus postulandi das partes limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) O jus postulandi das partes limita-se às Varas do Trabalho, não alcançando os Tribunais Regionais do Trabalho, a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) O jus postulandi das partes limita-se aos Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- (D) O jus postulandi das partes limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

**QUESTÃO 35**

O Código Civil divide as possíveis espécies de sociedades em dois grupos: as sociedades personificadas e as sociedades não personificadas. Dentre as sociedades classificadas como não personificadas, reside a chamada sociedade em conta de participação, tendo como uma de suas características principais a existência de dois sócios, o sócio ostensivo e o sócio participante.

Quanto a responsabilidade dos sócios, pode-se afirmar que:

- (A) Ambos os sócios possuem responsabilidade limitada.
- (B) O sócio participante responde sozinho pelas obrigações sociais.
- (C) O sócio ostensivo exerce a atividade empresarial em seu nome individual.
- (D) Ainda que atue em alguma negociação perante terceiro, o sócio participante não responderá solidariamente com o sócio ostensivo.

**QUESTÃO 36**

Sobre as características das espécies tributárias, qual alternativa está em consonância com o Código Tributário Nacional e a Constituição Federal?

- (A) A criação das contribuições especiais é de competência exclusiva da União, não admitindo nenhuma hipótese excepcional.
- (B) Os impostos, sempre que possível, terão caráter pessoal.
- (C) As taxas poderão ser instituídas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e indivisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- (D) Os empréstimos compulsórios, apesar de coativos, são restituíveis.

**QUESTÃO 37**

A nacionalidade pode ser definida como um status conferido a uma pessoa, onde se afirma que aquele indivíduo é integrante de uma sociedade organizada politicamente, ou seja, ser nacional é uma condição de uma pessoa que pertence a determinado Estado-nação. Sobre a nacionalidade brasileira, os brasileiros podem ser brasileiros natos, ou seja, brasileiros que nasceram no Brasil, ou brasileiros naturalizados, ou seja, indivíduos que adquiriram a nacionalidade brasileira por alguma das hipóteses listadas na Constituição Federal.

No que diz respeito aos direitos de nacionalidade no Brasil, pode-se dizer que:

- (A) É considerado brasileiro nato o indivíduo nascido no estrangeiro, filho de pai ou mãe brasileira a serviço da República Federativa do Brasil, independentemente de sua natureza.
- (B) Não são considerados brasileiros natos os filhos de pai ou mãe brasileira nascidos no estrangeiro, mesmo que registrados em repartição brasileira competente.
- (C) Em nenhuma hipótese a lei pode diferenciar brasileiros natos e naturalizados.
- (D) Nenhum brasileiro nato e naturalizado poderá ser extraditado.



**QUESTÃO 38**

O direito obrigacional pode ser definido como a relação jurídica estabelecida entre credor e devedor, cujo objeto podem ser obrigações de dar, fazer, pagar ou não fazer. Essas obrigações são transitórias, já que se extinguem com o cumprimento da obrigação. Dentre os institutos inseridos no direito obrigacional, existe a chamada dação em pagamento.

Pode-se conceituar o instituto da dação em pagamento como:

- (A) Trata-se de uma forma de pagamento indireto em que ocorre a substituição de uma obrigação anterior por uma nova.
- (B) Trata-se de uma forma de pagamento indireto em que há um acordo privado de vontades entre as partes, substituindo o objeto obrigacional por outro.
- (C) Ocorre quando duas ou mais pessoas forem ao mesmo tempo credoras e devedoras umas das outras, extinguindo-se as obrigações até onde se equivalem.
- (D) Ocorre quando o credor perdoa a dívida do devedor.

**QUESTÃO 39**

A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), ao contrário do que muitas pessoas imaginam, não faz parte do Código Civil. A LINDB consiste em alguns artigos que direcionam a aplicação e interpretação das leis de forma geral, indicando a vigência e eficácia destas.

Sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a disciplina da vigência das leis dada neste diploma, pode-se afirmar:

- (A) Salvo em disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País trinta dias depois de oficialmente publicada.
- (B) As correções de texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.
- (C) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (D) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, ainda que prejudicados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

**QUESTÃO 40**

A licitação pública é um instituto de igualdade de condições a todos que desejem contratar com a Administração Pública. Entretanto, há situações em que, embora haja competição, a lei autoriza a dispensa de licitação. Dentre tais hipóteses, a que está de acordo com a Lei n° 8.666/1993 é:

- (A) É dispensável a licitação no caso de guerra ou grave perturbação de ordem.
- (B) É dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia superiores a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- (C) É dispensável a licitação para aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, ainda que não compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- (D) É dispensável a licitação na contratação remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, sem necessidade de atendimento à ordem de classificação da licitação anterior.

**QUESTÃO 41**

Dentre os direitos dos trabalhadores, encontra-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conhecido como FGTS. O FGTS é uma poupança forçada suportada exclusivamente pelo empregador, ou seja, mensalmente, o empregador vai ser obrigado a efetuar um depósito específico.

Quanto ao instituto do FGTS, pode-se afirmar que:

- (A) A conta do trabalhador vinculada no FGTS não pode ser movimentada para compra da casa própria.
- (B) Nos contratos por prazo determinado, o empregado não terá direito ao depósito de valores a título de FGTS.
- (C) O FGTS não incide sobre as parcelas de natureza salarial pagas ao empregado em virtude de prestação de serviços no exterior.
- (D) O pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito à contribuição para o FGTS.

**QUESTÃO 42**

A Lei n° 8.666/1993 é a lei que disciplina a Licitação, que é um instituto da administração pública, regra geral de observância obrigatória, com a finalidade de escolher, de acordo com a melhor relação custo/benefício, quem será contratado para determinado serviço que a administração necessita.

A Lei, contudo, para melhor atender às necessidades da Administração Pública, subdividiu a licitação em várias modalidades licitatórias, dentre elas, a modalidade Convite.

Pode-se afirmar que esta modalidade de Convite é definida como a:

- (A) Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (B) Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) Modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- (D) Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

**QUESTÃO 43**

“As autarquias são entidades da administração pública indireta dotadas de personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia administrativa, criadas por lei específica para o exercício de competências estatais determinadas.”

Fonte: ALEXANDRINO & PAULO, 2017, p. 44.

Sobre as autarquias, pode-se afirmar:

- (A) As autarquias não estão sujeitas ao controle da pessoa política que as criou, não sendo, portanto, vinculadas.
- (B) A autarquia é uma modalidade de descentralização administrativa.
- (C) Há hierarquia entre a autarquia e o ente federado que a instituiu.
- (D) A autarquia possui personalidade jurídica de direito privado.

**QUESTÃO 44**

As férias consistem em uma paralisação temporária na prestação dos serviços, com o objetivo de proporcionar a recuperação física e mental do empregado.

Sobre o período de férias, pode-se afirmar:

- (A) Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, mesmo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.
- (B) Em regra, as férias serão concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.
- (C) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.
- (D) Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

**QUESTÃO 45**

Dentre os inúmeros tipos societários existentes no Brasil, há as chamadas sociedades menores, da qual faz parte a denominada sociedade em comandita simples. Esta sociedade é uma das poucas que também tem a característica peculiar de possuir duas categorias de sócios: os comanditados e os comanditários.

Sobre este tipo societário, pode-se afirmar:

- (A) Os sócios comanditados respondem ilimitadamente pelas obrigações sociais, enquanto que os sócios comanditários respondem somente pelo valor de sua quota.
- (B) O contrato social não precisa discriminar quais sócios são comanditados e quais sócios são comanditários.
- (C) O sócio comanditário não ficará sujeito às responsabilidades do sócio comanditado mesmo que pratique algum ato de gestão.
- (D) Aos sócios comanditados cabem os mesmos direitos e obrigações dos sócios da sociedade limitada.

**QUESTÃO 46**

A sociedade limitada é a sociedade mais utilizada por empresários no Brasil devido às vantagens e facilidades que esta espécie de sociedade oferece, principalmente no que diz respeito à responsabilidade que esta sociedade proporciona aos seus sócios.

Dentre as características dessa sociedade, **não** se pode afirmar:

- (A) A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de suas quotas.
- (B) Todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (C) O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- (D) A sociedade limitada pode adotar como nome empresarial apenas denominação, integrada pela palavra “limitada” ou sua abreviação no final do nome.

**QUESTÃO 47**

A Constituição Federal, doutrinariamente, pode ser classificada de diversas formas. Dentre as classificações mais famosas, encontra-se a classificação pela estabilidade da Carta Magna. A Constituição brasileira de 1988 é considerada por quase unanimidade da doutrina como uma constituição rígida. Ao afirmar que a Constituição de 1988 é rígida, significa que:

- (A) É uma constituição que não pode ser modificada senão pelo mesmo poder constituinte que a elaborou.
- (B) É uma constituição que possui partes mais fáceis de serem modificadas e partes mais complexas de alteração.
- (C) É uma constituição que pode ser modificada mediante procedimento solene e mais complexo que o processo legislativo ordinário.
- (D) É uma constituição que promana da mesma autoridade responsável pela criação das leis ordinárias e que permite a modificação de suas normas por um processo idêntico ao de qualquer outra lei.

**QUESTÃO 48**

“A força normativa da constituição impõe o reconhecimento de valor jurídico, obrigatório e vinculante aos preceitos da constituição, sendo a eficácia atribuído reconhecido a todas as espécies de normas constitucionais, ainda que em diferentes graus.”

Fonte: NOVELINO, 2017, p. 112.

À luz da classificação da eficácia das normas constitucionais, pode-se afirmar:

- (A) As normas de eficácia plena possuem aplicabilidade direta, mediata e integral.
- (B) As normas de eficácia limitada têm aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.
- (C) As normas de eficácia contida têm aplicabilidade indireta, mediata e integral.
- (D) As normas de eficácia plena têm aplicabilidade direta, imediata, porém não integral.

**QUESTÃO 49**

Atos administrativos são manifestações da vontade da Administração Pública de forma unilateral que têm por finalidade adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. No entanto, acontece de o ato possuir algum tipo de vício no momento de sua formação.

O ato administrativo que possui apenas aparência de manifestação da vontade da administração pública, mas que não se originou de um agente público, e sim de um usurpador de função, é chamado de ato:

- (A) Ato válido.
- (B) Ato inexistente.
- (C) Ato nulo.
- (D) Ato anulável.

**QUESTÃO 50**

Os direitos políticos foram frutos de diversas lutas sociais para que os cidadãos pudessem participar da vida política do Estado. Entretanto, estes direitos são concedidos através de alguns requisitos apontados na Constituição Federal.

No que se refere a esses direitos e aos requisitos exigidos para o exercício dos direitos políticos, qual alternativa abaixo **não** está de acordo com a Constituição Federal?

- (A) Os estrangeiros não podem alistar-se como eleitores.
- (B) Uma das condições para candidatar-se à Presidência da República é a idade mínima de 35 (trinta e cinco) anos.
- (C) É condição de elegibilidade a filiação partidária.
- (D) O voto é facultativo para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos.